

# **As principais reações à crise**

Manoel Pires

# Contexto geral

Existem várias ações monetárias e fiscais sendo adotadas para conter a crise COVID-19.

O principal objetivo é ampliar as ações de saúde e preservar a renda/liquidez dos vários agentes econômicos.

No caso fiscal e para-fiscal as medidas mais utilizadas são linhas ou garantias de crédito, adiamento de impostos e garantias de renda para as pessoas mais afetadas.

As medidas anunciadas no Brasil estão muito abaixo do que foi anunciado em outros países e muitas se referem à postergações de prazo muito curto ou antecipações sem impacto fiscal.

# EUA

- Tesouro cobrirá os custos de empregadores com licenças médicas e liberará os créditos tributários para pequenas empresas;
- Solicitou autorização para gastar até US\$ 50 bi para negócios com faturamento de até US\$ 2 milhões;
- Adiamento do pagamento de US\$ 300 bi em impostos;
- Pacote de estímulo econômico para transferir dinheiro direto aos americanos (US\$ 1 tri, mas as discussões avançam para US\$ 2 tri);
- Apoio seletivo para empresas aéreas;
- Existem iniciativas paralelas no Congresso: Nancy Pelosi / Mitt Romney.

Total divulgado: US\$ 1,350 tri (6,3% do PIB)

# Inglaterra

- Fundo de recursos para a saúde (£5bi);
- Fundo especial para ajudar empregados por conta própria e vulneráveis (£500mi);
- Ajuda financeira para Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte (£1,5 bi);
- Transferência de até £25 mil para empresas do ramo de varejo e mais £3 mil para 700 mil MPEs (£20 bi);
- Adiamento da vigência das reformas no emprego informal;
- Licença remunerada de £94,25 por semana para infectados;
- Flexibilização do pagamento de renda mínima
- Carência de 3 meses para pagamentos de hipotecas;

Total de medidas fiscais: £ 50 bi;

- Oferta de garantias que podem chegar a £330 bi;
- Reposição de até 80% da renda dos trabalhadores em lay off até £2.500 por mês;

Total das medidas com impacto anunciado: £390 bi (17% do PIB)

# União Europeia

- Liberação dos compromissos fiscais de todos os membros com a UE;
- Disponibilização de recursos para a saúde, MPEs, mercado de trabalho com atenção aos mais pobres (37 bi) com reserva de 28 bi;
- O Banco de Investimentos Europeu (BIE) disponibilizará linhas de capital de giro (8 bi), podendo ser elevada (até 20 bi);
- O BIE vai captar 10 bi (+10 bi do orçamento da UE) para investimentos de MPEs.

# Alemanha

- Adiamento de impostos e flexibilização das regras e condições de pagamento;
- Compensação financeira aos trabalhadores que tiverem redução da jornada de trabalho;
- Ampliação de recursos e condições facilitadas para garantir o capital de giro para as empresas (€460 bi - equivale a 12% do PIB - que pode ser ampliado em €93 bi em curto espaço de tempo);

# França

- Ampliação do prazo para pagamento de impostos;
- Empresas que comprovem dificuldades financeiras sérias podem requerer descontos no pagamentos de impostos;
- Parcelamento no pagamento de aluguéis, água, gás e eletricidade;
- Auxílio de € 1.500 para MPE's de setores mais afetados;
- Oferta de € 300 bilhões em garantias para linhas de crédito (13,1% do PIB);
- Apoio do Banque de France apoiará reestruturação de dívidas bancárias;
- Sistema de manutenção de empregos;
- Suspensão de multas em contratos de serviços públicos.

# Espanha

- Garantias nas operações de crédito para empresas (110 bi);
- Suspensão de pagamentos das hipotecas imobiliárias;
- Governo garantirá o fornecimento de serviços públicos de fornecimento de água, eletricidade e internet aos mais vulneráveis;
- Suporte financeiro para os trabalhadores informais que perderem renda;
- Recursos para desenvolver a cura do Covid-19;

Impacto total: 220 bi (17% do PIB)



# No Brasil

- Linhas de crédito dos bancos públicos;
- Antecipação do 13º dos aposentados;
- Antecipação do abono para junho;
- Resgate/Fusão do PIS com o FGTS;
- Adiamento de impostos (FGTS + sistema S);
- Ampliação do bolsa família para eliminar a fila
- Coronavoucher (R\$ 200 para quem está no cadastro único);
- Redução parcial de jornada com reposição também parcial do seguro desemprego;
- Redução do teto de juros do consignado;
- Destinação do DPVAT para o SUS;
- PROGER/FAT para MPEs;

# Quadro resumo

	em R\$ bi	% do PIB
<b>Antecipação de despesa (do 2o semestre para o 1o semestre)</b>	<b>58,8</b>	<b>0,81%</b>
1a e 2o parcela do 13o em maio	46,0	0,63%
Abono salarial em junho	12,8	0,18%
<b>Adiamento de receita (do 1o semestre para o 2o semestre)</b>	<b>52,2</b>	<b>0,72%</b>
FGTS diferimento de 3 meses	30,0	0,41%
Supersimples, parcela da União, diferimento de 3 meses	22,2	0,31%
<b>Desoneração</b>	<b>2,2</b>	<b>0,03%</b>
Redução da contribuição ao sistema S, em 50%, por 3 meses	2,2	0,03%
Desoneração de IPI sobre produtos necessários ao combate do Covid-19	ND	
Zeragem do imposto de importação sobre produtos de uso médico hospitalar até o final do ano	ND	
<b>Remanejamento de recursos</b>	<b>39,1</b>	<b>0,54%</b>
Novos saques do FGTS, com base em recursos não sacados do PIS/PASEP	21,5	0,30%
Mais recursos para o Bolsa Família	3,1	0,04%
Mais recursos para o SUS, com \$ do DPVAT	4,5	0,06%
Complementação de redução da jornada com o seguro desemprego	10,0	0,14%
<b>Novas despesas</b>	<b>20,0</b>	<b>0,28%</b>
Coronavoucher	15,0	0,21%
Crédito extraordinário saúde	5,0	0,07%
<b>Mais crédito</b>	<b>672,0</b>	<b>9,26%</b>
Mais capital de giro para MPES no BNDES (PROGER)	5,0	0,07%
Dispensa de provisão adicional para renegociação de créditos nos próximos 6 meses	NA	
Redução temporária do requerimento de capital para ampliar capacidade de concessão de crédito	637,0	8,78%
Standstill BNDES	30,0	0,41%
<b>TOTAL</b>	<b>844,3</b>	<b>11,63%</b>
TOTAL sem redução do requerimento de capital	207,3	2,86%
TOTAL sem redução do requerimento de capital e antecipações	148,5	2,05%

## **BNDES anunciou quatro medidas, mas duas haviam sido anunciadas (PIS e capital de giro)**

Medidas	R\$ bi
PIS/PASEP	20
Standstill de operações diretas	19
Standstill de operações indiretas	11
Capital de giro para MPE	5
<b>Total</b>	<b>55</b>